

Gasoduto Sul-Americano: Dependência ou Inter-Dependência

Jorge Calvario dos Santos¹

Na atual conjuntura, o Brasil é um país acochado por numerosos e complexos problemas. Um dos mais relevantes, sem dúvida, é a dependência econômica, que tem como ponto extremamente importante a conta do petróleo importado. Surge agora a questão da energia como necessária e fundamental ao desenvolvimento, à vida e a sobrevivência da nação.

A disponibilidade de energia tem sido, através da história da humanidade, a base principal das civilizações. Essa base evoluiu do braço escravo até o petróleo e a energia nuclear. Todo o progresso material do mundo moderno se fundamentou no uso do petróleo. As sociedades modernas e mais industrializadas se baseiam, fundamentalmente, na energia fóssil que, inicialmente abundante e barata, encontra-se hoje em fase de esgotamento. A quantidade de petróleo existente e inferido, mantendo os atuais níveis de consumo, talvez seja suficiente para cerca de 30 (trinta) anos. Essas sociedades não podem ser mantidas. Elas dependem, fundamentalmente, do petróleo existente no Oriente Médio, no México, Venezuela, Rússia e outros poucos países. Por isso, as reservas de porte serão por elas tuteladas. Esse fato ficou claro na crise do Golfo Pérsico e na participação do México no NAFTA (*North American Free Trade Agreement*).

Durante décadas, os países mais industrializados acreditaram que a era do petróleo seria sucedida pela era nuclear. Essa era começa a chegar, entretanto, com muita lentidão e, sérias restrições aos países sem significativo poder nacional. Existe também a possibilidade de que a energia nuclear venha, a curto prazo, a se firmar como principal fonte energética para manter a estrutura industrial, comercial, de transportes, e, principalmente, militar das nações. Assim sendo, o mundo está chegando ao início de uma

¹ Coronel Aviador, Doutor em Ciências em Engenharia pela COPPE/UFRJ e Assessor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra

descontinuidade, na produção e no uso de energia. Está a beira também de uma dramática mudança de toda a estrutura produtiva de energia, industrial, comercial, militar, econômica e social. Tudo isso acarreta sérias preocupações, quanto a segurança das principais nações.

A adequada disponibilidade de energia é fator essencial para que o relacionamento entre as nações possa se desenvolver em benefício da humanidade, e para que os seres humanos possam viver com dignidade. Energia não é apenas um fator de produção e de promoção da qualidade de vida, mas o componente estratégico básico de qualquer modelo de desenvolvimento e de manutenção da vida em todas as nações. Assim, a energia foi e continuará sempre como elemento vital nos assuntos humanos, e prioritariamente estratégico das nações. Por isso, ela assume cada vez mais um papel decisivo nas relações internacionais.

A energia é o recurso material mais estratégico para o desenvolvimento e segurança das nações. A segurança é preocupação fundamental na política internacional de energia. Isso é devido ao papel vital desempenhado por ela nas nações, bem como pela localização das fontes de energia fóssil. Uma nação importadora preocupa-se, principalmente, com a segurança de suas fontes de fornecimento de energia. Todos sabemos as conseqüências de uma interrupção no suprimento de petróleo. Essa interrupção se torna extremamente grave à medida que os países dependam de sua importação.

As nações mais poderosas do planeta são extremamente carentes do petróleo de que tanto necessitam para sua sobrevivência como tal. Esta carência, aliada à outros fatores também da maior importância, faz com que a energia seja fator determinante da política externa desses países, principalmente com relação aos que possuem valiosos recursos energéticos, como é o caso do Brasil, Arábia Saudita, Iraque, Venezuela, Rússia, Irã e Kuwait, dentre os principais. Podemos constatar as manobras políticas, econômicas e militares em andamento por parte dos países mais ricos e desenvolvidos, que visam o controle e a posse das reservas de combustíveis fósseis, bem como de minerais estratégicos, que estão em território de nações menos desenvolvidas.

No XIV Congresso da Conferência Mundial de Energia, realizado em Montreal, Canadá, em 1989, a proposição unilateral dos países mais desenvolvidos, foi tornada pública. Foi previsto que na década de 90 seriam investidos no hemisfério Sul, no setor energético, cerca de 100 bilhões de dólares por ano, com o objetivo de resolver os gravíssimos problemas energéticos do Norte. Como o Sul significa, principalmente, as regiões tropicais úmidas do continente brasileiro, e como esses recursos não estão disponíveis no país, começam a ficar bem mais claras as razões das intensas campanhas de privatização das principais empresas estatais de energia e de internacionalização ainda maior, do que ainda resta de áreas estratégicas em poder do Estado brasileiro e outros países sul-americanos. Essa previsão foi confirmada pelo então presidente norte-americano, Bill Clinton.²

A definição de uma estratégia energética nacional tende a orientar o desenvolvimento do modelo econômico, por sua influência na expansão de múltiplos setores industriais e na própria organização do espaço e da vida social. O momento histórico em que vivemos, considerando a conjuntura internacional e a nacional, nos impõe responsabilidades de relevante e crucial importância, pois as decisões que a nossa sociedade vier a tomar definirão, certamente, o futuro do Brasil como Nação. Todos os países, brevemente, deverão procurar sua opção energética.

O Brasil, como maior país dos trópicos, é o mais favorecido pela natureza que, graças ao sol, lhe proporciona ótimas opções de fontes de energia. Allen L. Hammond, um dos maiores estudiosos das questões energéticas, autor do livro “O Futuro Energético do Mundo”, previu que o Brasil, por possuir várias fontes de energia, estava destinado a ser a potência energética mundial, “se o povo brasileiro assumir a atitude para tanto”, acrescentou prudentemente. Evidentemente, essa previsão contraria diretamente poderosos interesses externos neo-colonialistas.³

Surge a opção pelo uso do gás. Do gás associado ao petróleo, ou do gás *in natura* na natureza. O Brasil possui reservas de gás no mar e em terra. As mais significativas estão na bacia de Campos e na Amazônia, em Surucucu. Entretanto, suas reservas não estão entre as de maior potencial, dentre as conhecidas. A América do

² Biomassa: a opção energética. in A Defesa Nacional, nº 771, 1º Trim de 1996

³ Biomassa: a opção energética. in A Defesa Nacional, nº 771, 1º Trim de 1996

Sul possui campos de gás de porte no Peru, na Colômbia, na Bolívia e na Venezuela, sendo que esta possui um dos maiores do mundo.

O gás oferece vantagens substanciais sobre as outras opções existentes. Além de não ser tão poluente quanto o petróleo, se presta ao uso em usinas descentralizadas e autônomas, com suas decorrentes vantagens econômicas, sociais, militares e políticas.

A mudança para a conversão da indústria para uso do gás possibilitará a redução do custo do controle da poluição do ar, uma vez que é menos poluente do que muitos outros combustíveis.

O gás, mais que uma simples alternativa energética, pode constituir o núcleo da base de um adequado modelo de desenvolvimento tecnológico e industrial, porque é baseado em dados concretos da realidade nacional e sul-americana.

A opção pelo gás como item da matriz de energia brasileira, possibilitará a reversão do efeito centralizador e dependente do atual modelo econômico, e viabilizará uma distribuição mais uniforme de pólos de desenvolvimento no território nacional. Isso permitirá, uma nova e, possivelmente, melhor organização econômica, social e política do país.

A utilização do gás insere-se em um contexto de descentralização de poder, de descentralização do desenvolvimento, de ocupação estratégica do território, de aumento da oferta de empregos, de valorização dos recursos disponíveis no espaço geo-econômico do continente brasileiro, de incentivo às iniciativas locais, de abertura de novas perspectivas econômicas para o auto-desenvolvimento, de promoção social, de redução de dependências externas, de democratização e de preservação da soberania nacional. Tudo isso contribuirá, significativamente, para a redução, da influência econômica devido ao uso intensivo e extensivo do petróleo como energia e como instrumento de poder.

A energia está se tornando, rapidamente, a variável mais crítica no sistema alimentar do mundo. O uso de gás pela agroindústria, aumentaria a produtividade e contribuiria para reduzir o custo de produção. Isso traria, como consequência imediata, uma redução dos custos e o aumento da produtividade.

O uso do gás, na matriz de energia brasileira é, essencialmente, uma opção estratégica. Opção que, inserindo-se

em um contexto de dinamização e reorientação da política industrial brasileira, permitiria por meio desta, a reformulação a longo prazo do próprio modelo nacional de desenvolvimento.

A opção pelo uso do gás como fonte de energia, é uma das soluções para as nossas necessidades. Deve ter como alicerces essenciais de mudança: a busca de maior autonomia energética, a redução da dependência tecnológica externa, a ocupação do território nacional pelo povo brasileiro, a descentralização econômica, social e política, a integração nacional pela distribuição regional e social da riqueza e a alteração do modelo de crescimento econômico dependente e perverso para um modelo de desenvolvimento que garanta a autonomia e a soberania nacional.

No momento em que é viabilizado o uso do gás da Bolívia, do Peru e da Venezuela. Constrói-se, lentamente, o anel do gás sul-americano. A Venezuela propõe vender seu gás, ainda não devidamente explorado. Para tanto indica a construção de um gasoduto denominado gasoduto sul-americano ou como parecem preferir gasoduto bolivariano. Esta é a questão a ser analisada e que está em discussão pelos governos do Brasil, Argentina e Venezuela.

Ambiente Político Inseguro

A nova conformação política assumida pelos países andinos, assim como os demais da América do Sul, mostra que vivenciam uma fase de instabilidade democrática, ainda que democraticamente tenham sido eleitos seus presidentes. Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Venezuela são exemplos que inquietam.

Para Ricardo Antunes⁴, uma vez desenhada a arquitetura eleitoral, os povos indígenas passam a cumprir o ritual. Tudo funciona como se a democracia se resumisse a eleição e, como consequência, aceitar as “mazelas, embustes e estelionatos que tem sido freqüentes nos processos eleitorais latino-americanos”.

As culturas indígenas, cujo modo de vida construído ao longo de muitos séculos, se caracteriza pela paciência, pela espera e persistência. A velocidade do mundo da ciência e da economia capitalista os afronta. Entretanto, sabem se rebelar. Dão sinais claros

⁴ Ricardo Antunes in América Latina, em Jornal do Brasil, 12.05.2005

de que estão cansados da rejeição, da humilhação e da discriminação que os têm levado à miséria e ao flagelo.

No Peru, substituindo Fujimori, o índio Toledo manteve o sistema e acumula profunda rejeição popular. No Equador, Gutierrez, ex-militar, elegeu-se pelo voto e manteve o sistema com um governo corrupto⁵. Foi deposto pelo povo asilando-se no Brasil, retorna ao Equador sendo preso e recém libertado. Na Bolívia, onde tudo parece pertencer às multinacionais, o presidente demitiu-se, sendo substituído pelo índio Evo Morales, que adquire os mesmos problemas tendo o gás a questão maior.

Hugo Chávez, presidente da Venezuela, sofreu tentativas de golpe sendo recolocado no poder pela maioria da população menos favorecida. A forte organização popular, estimulada por Chávez, é risco que pode virar contra as pretensões chavistas, colocando o país na direção da barbárie. Na Colômbia, o conflito interno não mostra sinais de desfecho, comprometendo o futuro do país. Na Argentina, trabalhadores desempregados, conhecidos como “piqueteiros”, se organizam e em conjunto com a classe média, em dezembro de 2001, afastaram alguns pretensos “usurpadores-presidentes”⁶.

Todas essas manifestações podem colocar em risco a institucionalidade vigente e dificultar o processo democrático pretendido e fazer retroceder o progresso, o desenvolvimento e a segurança tão pretendida, propiciando a instalação da barbárie. Isso por que nenhum dos países possui base tecnológica e econômica que lhes permita o desenvolvimento pretendido. Instalada a barbárie, as conseqüências em termos de segurança e de futuro seriam imprevisíveis e atingiriam os demais países.

Futuro Incerto para a América do Sul

Em encontro anual, de pensadores de esquerda e ativistas socialistas, o Foro de São Paulo, realizado em 5 de Julho de 2005, foi discutida uma agenda para promover a visão socialista para a América do Sul⁷.

⁵ Ricardo Antunes in América Latina, em Jornal do Brasil, 12.05.2005

⁶ Ricardo Antunes in América Latina, em Jornal do Brasil, 12.05.2005

⁷ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

Para Logan & Cirino, mais que um sinal de início de uma nova era socialista na América do Sul, a reunião do Foro de São Paulo, registrou uma elevada admiração por Hugo Chávez por clamar por uma integração regional, sob a liderança da Venezuela e seu poder financeiro, como resposta à liberdade da economia de mercado⁸. Ainda que os dirigentes sul-americanos concordem com a economia de mercado em benefício da revolução bolivariana de Chávez, eles deveriam estar alerta para um presidente que tem sérios problemas internos, e com a produção de óleo, que está se tornando difícil e nebulosa⁹.

Caso a economia sul-americana venha a ser viabilizada pelo poder econômico venezuelano, os dirigentes poderiam pensar na possibilidade de Chávez não ter condições de cumprir suas promessas. O não cumprimento delas afetaria a integração, por ele pretendida, bem como também da construção do gasoduto¹⁰.

Em sua declaração final, aplaudida por todos, o presidente Hugo Chávez tentou unir a América do Sul sob a legenda da sua revolução bolivariana, sendo aclamada a rejeição do neoliberalismo como paradigma para o crescimento da economia regional. A proposta chavista, bem como as dos governos de esquerda, impõe risco aos países e à região por distorcer as funções das forças armadas o que leva, a longo prazo, a sua transformação numa instituição com missão de apenas garantir o regime.

Logan & Cirino¹¹ entendem que enquanto a rejeição à globalização devido ao empobrecimento, a realidade é que os vínculos e dependência existentes na economia global definem a integração regional. Se essa integração for construída sob o petróleo venezuelano, pode ocasionar outra onda de desconforto e aumentar a pobreza, que irá conduzir a forte ameaça a segurança dos países e da região. Isso fará retroagir qualquer avanço conquistado, e poderá ser difícil e sofrida a recuperação. Reações populares poderão surgir

⁸ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

⁹ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

¹⁰ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

¹¹ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

e os quadros, político, econômico e social virem a degradar, com sérias conseqüências para a segurança pública interna.

Hugo Chávez parece ter se colocado como líder do descontentamento crescente de que o sistema capitalista não é adequado para a América do Sul. O atual sistema econômico não é adequado aos países pobres que constituem a região. A insatisfação parece ter sido um dos fatores que teriam influenciado a instalação de governos de esquerda, e que tem se unido em torno de Chávez.

Alguns desses governos entendem que confiar no baixos preços do petróleo e gás gerará bons subsídios para manter a produção, que não é eficiente, e garantir emprego para trabalhadores que não contribuem para o PIB. Isso fará com que a capacidade de competição internacional possa levar a América do Sul a perder, paulatinamente, a condição de competir no mercado.

Ricardo Lopez Murphy, ex-Ministro das finanças da Argentina, em entrevista, disse para o ISN Security Watch que: “Nós temos tantos subsídios [na Argentina] que ninguém saberia dizer se somos realmente competitivos, em termos de economia de mercado, ou se somos competitivos porque nós recebemos muitos subsídios”. Nenhum país, na região, tem condições de manter um alto nível de despesas governamentais, enquanto existir débito com serviço da dívida interna e externa. Isso pode levar a uma situação em que se instale um ambiente de instabilidade e incerteza política e social, por conseqüência¹².

Para que a Bolívia inicie seu desenvolvimento é necessário que o gás venha a ser exportado. Entretanto, isso só poderá ser possível com uma unidade política. Como a Bolívia não tem tecnologia própria para a atividade torna-se necessária a participação de empresas estrangeiras na exploração do gás. Caso continue preponderando a intenção de nacionalizar o gás, os fatos como os ocorridos em El Alto poderão ressurgir, porém com maior gravidade e conseqüências mais sérias podendo chegar ao descontentamento popular por verem perdidas as possibilidades de saírem da miséria.

O presidente Hugo Chávez mostra pretensões de recuperar os objetivos originais de Simon Bolívar. Tem atuado com

¹² Sam Logan e Julio Cirino in Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

desenvoltura para construir o sonho de Bolívar para a América do Sul. Com seu discurso contra os Estados Unidos e a favor da integração sul-americana, busca tornar-se o líder da esquerda, que surge na maioria dos países sul-americanos. Para essa intenção alia-se a Cuba. Mostra clara intenção e pretensão de promover e liderar a integração da América do Sul. Essa intenção seria sustentada pela receita obtida pelo comércio do petróleo e também pelo gás venezuelano. O petróleo e o gás, são seus únicos instrumentos, de que possui. Com as reservas e recursos financeiros oriundos da venda de petróleo, atua no sentido de agregar junto a si, os governantes sul-americanos.

O elevado preço do petróleo tem permitido a Chávez manter alta média de gastos na região. No Equador, Chávez confirmou que compraria até 500 milhões da dívida externa equatoriana, auxiliaria no orçamento de 2006 e ajudaria na reestruturação da Petro Equador.

Por ter assumido a presidência da Comunidade Andina, Chávez passa a ser seu presidente “pró-tempore”, pretendendo estimular sua visão de uma iniciativa andina denominada Petro Andina. Essa iniciativa permite aos compradores o financiamento de até 50% do óleo adquirido, para até 15 anos, a 2% de juros anuais¹³. Em termos de integração de comércio regional, Hugo Chávez promove sua Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) sem a participação privada, e com pretensões a confrontar com a ALCA, promovida pelos Estados Unidos.

ALBA, Petro Andina e o Gasoduto Sul-Americano, são instrumentos de aproximação dos governos andinos, Brasil e Argentina, com Chávez. Com a Venezuela no Mercosul, Hugo Chávez adquire melhores condições para expandir sua revolução bolivariana para os demais países da América do Sul, e assim viver o passado pretendido de Bolívar, ainda que no século XXI.

Algumas dificuldades surgem. Os presidentes do Uruguai e Chile criticaram a liderança do Mercosul pela falta de progresso. O presidente do Paraguai anunciou que a economia do país vai mal. Kirchner, presidente da Argentina, criticou a tendência do Brasil de abandonar os parceiros regionais e dedicar-se mais ao mundo

¹³ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

como participante global. A instabilidade se aprofunda com as incertezas que se mostram nos países sul-americanos.

Logan & Cirino, lembram que a partir do encontro do Foro de São Paulo, Chávez entende que tem a América do Sul para seguir sua liderança. Assim, a Venezuela teria condições de aumentar sua produção de petróleo, finanças e subsídios. Entretanto, talvez não seja suficiente, para conduzir a região, para sua pretendida integração bolivariana¹⁴.

Ainda Logan & Cirino, afirmam que Chávez tem declarado que a produção de petróleo venezuelano atinge, em média, cerca de 3,3 milhões de barris por dia. Entretanto, Jose Guerra, ex-economista chefe do banco central venezuelano, afirma que a produção de petróleo da Venezuela foi reduzida em cerca de 60%, reduziu-se em 1,35 milhões de barris por dia¹⁵. A isso acrescenta-se que foram suspensos 32 contratos com petroleiras multinacionais. Isso significa reduzir a participação de companhias estrangeiras em operação na Venezuela.

A secretária adjunta do Departamento de Energia para Assuntos Políticos e Internacionais, disse que a produção de petróleo da Venezuela “está baixando de forma significativa” e se situa em 2.5 milhões de barris diários, abaixo de sua cota de 3,223 na Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). “Sem novos investimentos, se prevê que a futura produção seguirá baixando”, prognosticou Harbert, perante o sub-comitê para as Relações com a América Latina e Canadá¹⁶. Visualiza-se que a receita que se perde seria necessária para atender ao financiamento das aspirações de Chávez para a América do Sul.

Gasoduto Sul Americano

Uma das idéias de Chávez é a construção de um longo gasoduto para a América do Sul. Entende que com o gasoduto, a Venezuela poderia suprir as necessidades de energia dos países da região. A idéia parece ser interessante e ter perfeito sentido.

¹⁴ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

¹⁵ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

¹⁶ El Universal de 03-03-06

Cumpra analisá-la em profundidade e em função dos interesses brasileiros.

Em 09 de dezembro de 2005, foi assinado um Memorando de Entendimento em Matéria de Interconexão Gasífera. Em 12 de janeiro de 2006, realizou-se a I reunião do Comitê Multilateral de Trabalho, em Caracas. Entre 30 de janeiro e 01 de fevereiro, ocorreu a II reunião do Comitê Multilateral de Trabalho, em Buenos Aires. Entre 15 e 17 de fevereiro de 2006 ocorreu a III reunião do Comitê Multilateral de Trabalho, no Rio de Janeiro. Em 01 e 02 de março de 2006, foi realizada a IV reunião do Comitê Multilateral de Trabalho, Caracas.

Vários grupos de trabalho estão constituídos. A função deles é de analisar, em profundidade, os pontos-chaves de decisão, bem como a magnitude dos riscos associados aos mesmos, a fim de que o Comitê Coordenador conte com os critérios necessários para avaliar os assuntos que serão apresentados ao Comitê Ministerial de Coordenação e Decisão.

Os subgrupos se dedicarão a certificação das reservas venezuelanas, desenho de tarifas, planejamento de engenharia, modelo de negócio e financiamento, licenciamento de aspectos ambientais e sociais e, aspectos regulatórios, fiscais, legais e institucionais,

O gasoduto sul-americano, que pretende ligar Puerto Ordaz na Venezuela, seu ponto de origem, até Buenos Aires na Argentina, possui extensão de cerca de 9 000 quilômetros, com custo inicial estimado, em mais de 20 bilhões de dólares. Visa constituir, com os gasodutos já existentes e os que se pretende construir, uma rede integrada de abastecimento de gás na América do Sul. A oferta de gás é importante, pois pode viabilizar combustíveis, a preços menores que o do petróleo, e assim contribuir para o desenvolvimento dos países da região e a necessária integração da infra-estrutura sul-americana.

A construção do gasoduto tem uma grande extensão, um elevado custo, e previsão inicial de cerca de 7 a 10 anos de obras. Os custos reais poderão ser bem mais elevados, pois existem obstáculos a serem superados, na floresta amazônica, projetos para utilização do gás ao longo do percurso do gasoduto,

vulnerabilidade e manutenção de dutos, instalação de dutos na selva desconhecida, cruzamento do rio Amazonas e diante das características ambientais e de orografia pouco conhecidas, a construção e manutenção de instalações em regiões desabitadas e sem infra-estrutura, dentre outros que devem estar identificados, sem ainda terem seus custos realmente dimensionados.

A questão ambiental está presente em todo o percurso do gasoduto especialmente no trecho amazônico. Nesse trecho o projeto, sofrerá, certamente, forte reação quanto aos problemas relativos à preservação do meio ambiente. A esse respeito, já se manifestou a organização ambientalista venezuelana Rede Alerta Petroleira-Orenoco-Oilwatch. Certamente outras a seguirão. Os interesses ambientalistas, pertinentes ou não, poderão acarretar sérios problemas ao projeto. Não se pode esquecer o gasoduto de Camisea, no Peru, “uma tubulação para levar gás amazônico ao oceano Pacífico peruano e que em poucos anos de vida já protagonizou importantes vazamentos de gás liquefeito, com danos ao meio ambiente e às populações”¹⁷.

O projeto prevê que o gasoduto (vide fig. 1) atravesse o maciço das Guianas e a Amazônia onde deverá ter um percurso de cerca de 2 mil Km de dutos. O projeto necessita do aprofundamento de estudos para superar a estação de chuvas de oito meses na Amazônia, o cruzamento de grandes e caudalosos rios, bem como pântanos. A inundação sazonal pode atingir até 12 metros de altura. A manutenção de estradas em condição de uso é difícil, o que dificulta a penetração de equipes para a manutenção necessária. Essa etapa bem como grande parte do percurso, é vista pelos especialistas que entendem que o suprimento de gás natural liquefeito, transportado por navios, seria tecnicamente mais favorável e mais econômico. Os riscos ambientais que envolvem o gasoduto, não podem ser ignorados, pois a ocorrência de um acidente seria de dimensões e conseqüências muito graves. O uso de navios para o transporte do gás, descarregando-o em vários dutos, distribuídos ao longo do litoral, em regiões estrategicamente definidas, poderia ser uma opção eficiente, sem os elevados custos, com menos riscos ambientais e de tecnologia já dominada.

¹⁷ www.envolverde.com.br/materia.php?cod=14150



Fig. 1 - The Economist 11 de fevereiro 2006

As ofertas do gás boliviano, peruano e de outros países sul-americanos, os elevados custos do projeto, as condições econômicas, bem como o endividamento dos países sul-americanos, o tempo de execução do projeto e a relação custo benefício, nesse período, podem vir a afetar o projeto. Dependendo de como se desenvolver a comercialização do gás boliviano e peruano, o projeto do gasoduto pode vir a ter sua proposta alterada, na forma inicialmente pretendida.

A Argentina não possui recursos para financiar parte do projeto. Como a Argentina assumiria o risco de garantir sua participação financeira quando o projeto ainda não tenha atingido seu território? Teria a Argentina a convicção de que o gás boliviano seria, geopoliticamente, mais adequado do que o venezuelano?

Por anos a Argentina teria que utilizar gás de outra fonte, o que poderia lhe modificar a intenção de participar do projeto. Isso poderia agregar novos fatos que podem vir a determinar mudança de rumo.

Existem estudos que mostram que o uso de gasodutos é adequado para distâncias de até 3 800 km. Isso significa que para percursos maiores, o transporte marítimo, com o uso de navios especiais, seria o mais adequado. Quando utilizado o gasoduto, são necessárias várias estações de compressão de gás para que seja possível o transporte. Francisco Mezzadri¹⁸, consultor, em “Escenário energético”, cita que o custo de transporte é, em linhas gerais, em todo o mundo, de um dólar por cada 1 000 Km de gasoduto. “Porém suponhamos que neste caso fora a metade, que o subsidiaram, e que Chávez decidira vender o gás na origem, no poço a 2,50 dólares, o milhão de BTU, o preço que no momento tem a Bolívia com a Argentina, um valor que Evo Morales quer subir, porque é muito baixo em relação com o resto do mundo. Bem, se fora esse valor, que é muito baixo, insisto, os industriais argentinos pagariam 6,50 dólares por milhão de BTU. O Japão pagou o ano passado, em média, 4 dólares pelo gás liquefeito que compra da Indonésia, Malásia, Quatar e Austrália.” Cálculos internos das empresas de petróleo coincidem: afirmam que o valor oscilaria entre os 5 e os 6,50 dólares. Isso nos conduz a duas questões: qual seria o preço final do gás venezuelano? o preço do gás boliviano e peruano seria mais atrativo?

Mezzadri questiona diretamente Hugo Chávez. “Fala que a obra custa entre 12 bilhões e 20 bilhões de dólares, como se estivéssemos falando de um pacote de chicletes. A Argentina e o Brasil estão bailando ao compasso das loucuras desse senhor. Se querem fazer o estudo, façamo-lo, porém necessitamos de maior transparência”¹⁹. O mesmo artigo afirma, que os empresários argentinos de petróleo, suspeitam que o apoio do Brasil a Chávez, é apenas um instrumento para a negociação com a Bolívia, para o novo preço do gás. Querem os brasileiros mostrar que não pretendem se converter em refém do gás. Na mesma especulação incluem a Argentina.

¹⁸ La nacion, 29 de janeiro de 2006

¹⁹ La nacion, 29 de janeiro de 2006

Inserido em sua revolução bolivariana, teria Chávez razões político-ideológicas para a construção do gasoduto? Com o compromisso dos países sul-americanos, a partir do Brasil, Argentina e Uruguai, teria Chávez a intenção de substituir sua exportação de óleo para os Estados Unidos, sem perder a receita? Teria Chávez a intenção de suprimir petróleo e gás venezuelano aos Estados Unidos, mantendo a receita em nome da integração a ajuda aos países sul-americanos?

Considerando que os recursos do governo venezuelano são oriundos, em sua maioria, do petróleo exportado e comercializado pela PDVSA, que poderia ser, em sentido figurado, como uma empresa que se confunde com o Estado, teria a Venezuela condições financeiras necessárias para garantir sua participação no projeto? Possui a Venezuela a capacidade de manter o fornecimento prometido? Ao Brasil, que por possuir fontes diversificadas de energia pode não interessar a pressa na conclusão do gasoduto, pretender nova configuração para o projeto, diferente modo de participação ou seu financiamento.

A descoberta de novas jazidas de gás poderia afetar a participação brasileira no projeto? Caso positivo, como afetaria? As despesas necessárias à construção do gasoduto seriam divididas entre os países de modo a que a Venezuela possa vender seu gás. Que compensação pode haver para os que financiam o projeto? É de interesse dos países envolvidos no projeto, contrair novas dívidas para que possam implantar o gasoduto, ao menos, nas condições conhecidas? Que garantias existiriam para a conclusão do projeto em um período tão longo e com o quadro de instabilidade política e social em todos os países? Os problemas políticos e econômicos no Brasil e Argentina poderiam afetar a construção do gasoduto? Caso o Brasil consuma toda a demanda, o gasoduto seguiria até a Argentina? Como reagiria a Argentina nesse caso? Haveria garantias para o fornecimento, por parte de empresas não sul-americanas, de equipamentos necessários ao projeto? Teria a PDVSA, que perdeu quadros importantes, capacidade técnica para atender às necessidades necessárias a desenvolvimento e manutenção do projeto? Se não tiver a capacidade necessária, a política de Chávez enfrentará sérios problemas, que poderão ser explicitados a longo prazo.

Sabe-se que a Venezuela possui a maior reserva de gás da América do Sul, e que sua atividade principal se concentra no petróleo. Em muitos momentos, a Venezuela importa gás colombiano para consumo interno. A construção do gasoduto implicaria, então, em desenvolver a exploração do gás nas jazidas, para o que seriam necessários elevados investimentos. Na Bolívia, o gás é atividade principal, não residual, e também o centro de seu comércio internacional. A viabilização da participação do Brasil no projeto, a curto prazo, merece e determina estudos e análises aprofundados.

Poderá a Venezuela garantir a oferta de gás após a saída de Hugo Chávez? Ao se referir ao assunto, o especialista Elie Habalián, que foi governador da Venezuela junto à Organização de Países Exportadores de Petróleo, explica que para que a Venezuela possa fornecer gás, seriam necessários investimentos elevados para sua extração do petróleo, e também reinjetar gás nos poços de onde se extrai petróleo. Isso porque, “grande parte desse gás não é livre, e sim associado ao petróleo”²⁰. Tal declaração conduz à busca de certeza de que a Venezuela possui os recursos necessários à esse elevado investimento.

Cláudia Shüffner, em “Governo acelera estudo sobre gasoduto”, mostra que é questionada a condição financeira da PDVSA para o financiamento da exploração do gás venezuelano. Marco Aurélio Tavares, diretor da empresa de consultoria Gás Energy, “estima que seriam necessários pelo menos US\$ 15 bilhões em investimentos para que a Venezuela possa produzir os 150 milhões de metros cúbicos de gás/dia. Com a obra, a conta subiria para US\$ 38 bilhões, no mínimo”²¹. Como se desenvolveria o projeto sendo necessários investimentos tão elevados por parte da Venezuela? Como estão as finanças da PDVSA? Como estão os quadros técnicos da PDVSA? Se existe qual a intenção que há por trás do projeto, e porque tanta pressa?

Continuando, Cláudia Schüffner informa que Tavares e Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, acham que a PDVSA pode vir a ter problemas para conseguir os recursos necessários.

²⁰ www.envolverde.com.br/materia.php?cod=14150

²¹ www.defesanet.com.br/energia

“Como Chávez está usando a renda do petróleo para suas políticas sociais na Venezuela e América do Sul, falta explicar de onde virá o dinheiro para todos esses investimentos”, afirma Pires²².

Vagner Victer, secretário de Estado do Rio de Janeiro, afirma que “O projeto não tem coerência econômica, financeira, ecológica nem estratégica”. “Nunca vi em minha vida um projeto com tantas incertezas”, nem tanto sensacionalismo apresentado como algo certo. O economista Sebastião do Rego Barros, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, considerou o gasoduto como “muito ambicioso”. “Não sei se haverá demanda no futuro para justificar um investimento elevado”, afirmou Rego Barros²³

É fundamental que o projeto passe por longa fase de análise, de maturação, de identificação de vulnerabilidades, de requisitos técnicos, do percurso do gasoduto, de potencial para integração, de adequação para industrialização e consumo diário, etc. Tavares questiona quando afirma que: “Será que é interessante para o Brasil desenvolver mercados consumidores com base em um preço de gás subsidiado por outro país? Quem vai garantir que a Argentina, que hoje tem preços de gás congelados, esteja disposta a pagar pelo gás importado, que dera duplo subsídio, no gás e no transporte?”²⁴. Além dessas questões constrói-se uma vulnerabilidade que pode vir a ser um calcanhar de Aquilles para o país. Qualquer país depende profundamente de energia. A história nos mostra que, quando um país busca energia, a guerra passa a ser uma necessidade. Sem independência de energia não há independência da economia, da indústria, e naturalmente do país.

Sabe-se que o apoio popular à Hugo Chávez tem decrescido. Em janeiro de 2006, pesquisas indicaram que os que confiavam em Chávez caíram ao menor nível em 5 anos. Outro fator a ser considerado é que Hugo Chávez tem provocado a ira da Igreja Católica, que tem significativa presença e aceitação na América do Sul e que pode influenciar sua aceitação²⁵. Tratados são

²² www.defesanet.com.br/energia

²³ El Universal de 21-03-06

²⁴ www.defesanet.com.br/energia

²⁵ Stratfor Morning Intelligence Brief. 2 fev 2006

importantes, mas seu cumprimento depende, de fato, de poder, para garantir o que foi acordado entre as partes. Teriam os países partícipes do projeto poder suficiente e determinação política para fazer valer o que foi acordado pelas partes, através do tratado?

The Economist²⁶ em “The explosive nature of gás”, alerta quando diz que “the pipeline looks like a pipedream”. Novamente faz alerta ao lembrar que, há alguns anos, houve uma intenção de construir um gasoduto entre a Venezuela e o México e nada aconteceu. Jorge Lapeña, ex-secretário de energia argentino, afirma que “Há seis ou sete anos que se fala de um gasoduto entre Venezuela e México e todavia nada existe”²⁷. Hugo Chávez anunciou a instalação, em associação com a empresa argentina Enarsa, para a abertura de 600 postos de serviço na Argentina. Nada de real aconteceu, até agora. Francisco Oliveira, articulista, de La Nacion,²⁸ afirmou que seria conveniente a cautela com os planos chavistas. Nada existe de concreto senão dois postos de serviço abertos ao público, em locais privilegiados. Cabe analisar a credibilidade, a segurança e a garantia de construção do gigantesco gasoduto. É possível confiar na proposta de Chávez quando o governo venezuelano vive em crise política interna?

Podemos supor que a preocupação com a necessidade de energia pode levar ao início da construção do gasoduto sem que sua conclusão possa ser garantida. Apesar das supostas dificuldades, em várias dimensões, em termos de estratégia de longo prazo, o gás sul-americano é importante para o desenvolvimento dos países da região. Assim sendo é conveniente que o projeto venha a ser muito bem analisado, inclusive os possíveis aspectos de uso ou do controle do gasoduto por razões políticas ou ideológicas.

Cabe lembrar o caso protagonizado pelo gasoduto russo, que supre a Europa de gás. Os europeus se tornaram dependentes do gás russo. Recentemente a Rússia cortou parte do fornecimento de gás, aumentou o preço e utilizou-o como instrumento político. Esse exemplo mostra a possibilidade de a Venezuela vir a ter o

²⁶ The Economist, february, 11th, 2006

²⁷ La nacion, 29 de janeiro de 2006

²⁸ La nacion, 29 de janeiro de 2006

mesmo procedimento russo, tornando Brasil e Argentina, os maiores países da América do Sul, dependentes e possibilitando o uso do gás como instrumento para seus interesses políticos²⁹.

É conhecido o forte interesse dos Estados Unidos por energia. Temos o exemplo do Irã, do Iraque, e a atuação de suas empresas petrolíferas por todo o mundo. Sabemos também que os recursos naturais existentes na América do Sul são cobiçados pelos Estados Unidos. No que se refere ao gasoduto, várias instituições dedicadas a estudos estratégicos, apresentam alguns artigos sobre o tema, o que mostra o interesse. A construção do gasoduto sul-americano mostrou a preocupação e reação norte-americana.

A alta instabilidade no Oriente Médio cria a possibilidade de desabastecimento de petróleo. Os Estados Unidos buscam novas fontes produtoras. Dentre elas estão as regiões do Atlântico Sul e costa ocidental da África. Nelas estão incluídas a Venezuela, México, Brasil, Colômbia, Nigéria, e outros países africanos. Assim, poderiam substituir o óleo do Oriente Médio pelo da bacia do Atlântico.

Os Estados Unidos expressaram sua preocupação quanto a possíveis obstáculos a investimentos estrangeiros no setor energético da Venezuela e Bolívia. A secretária adjunta do Departamento de Energia para Assuntos Políticos e Internacionais assim se expressou: “Estamos preocupados de que alguns países do nosso continente estejam tomando decisões que não vão otimizar o desenvolvimento dos recursos energéticos”³⁰. Os movimentos para restringir, os investimentos e implementar o alcance de indústrias energéticas estatais, limitam seu acesso a capital para investimentos, reduzindo o desenvolvimento e o acesso a equipamento e infra-estrutura”, acrescentou em uma audiência na Câmara de Representantes³¹.

“É um modelo que pode ter um impacto patriótico, porém oferece menos prosperidade aos cidadãos, agregou a funcionária, em uma alusão implícita a Venezuela e ao novo presidente boliviano, Evo Morales, que prometeu em sua campanha eleitoral nacionalizar o gás”³². No caso da Bolívia, que dispõe da segunda reserva gasífera

²⁹ Stratfor Morning Intelligence Brief. 2 fev 2006

³⁰ El Universal de 03-03-06

³¹ El Universal de 03-03-06

³² El Universal de 03-03-06

da América do Sul, seu novo presidente “dispõe de uma tremenda oportunidade para tomar a decisão correta para seu país”, explicou. “O governo tem a opção entre utilizar esses recursos (naturais) em benefício de seu povo ou seguir enredado no debate político e na pobreza. Alentamos a Bolívia a associar-se com empresas energéticas”³³.

Suas empresas de energia poderão atuar, com respaldo do governo norte-americano de modo a garantir-lhes o gás venezuelano e de outros países. Assim sendo, há a necessidade de pensar e construir uma estratégia de contingência, para garantir a construção do gasoduto e o uso do gás pelos países sul-americanos. Urge pensar sobre como e quais seriam os interesses das empresas não sul-americanas em participarem do projeto. A empresa russa Gazprom já efetuou contatos com autoridades brasileiras e venezuelanas, manifestando seu interesse em participar do projeto. Como experiência lhe sobra a adquirida na gestão do gás russo. Teriam as empresas estrangeiras, algum objetivo, não declarado ou identificado que possa vir a afetar o andamento do projeto? Qual o compromisso das empresas estrangeiras com o objetivo do projeto e com a tecnologia a ser empregada?

A participação da Petrobrás no projeto seria um passo inicial para transformá-la na maior companhia petrolífera da América Latina e uma das maiores do mundo, em termos de capacidade de produção e de refino com reservas elevadas.

Ildo Sauer, diretor de gás e de energia da Petrobrás, afirmou que o Brasil poderá economizar cerca de 11 bilhões de dólares por ano em importações de gás, ao comprar o produto a preços equivalentes a 26 dólares o barril. Para tanto, a Petrobrás contaria com uma oferta venezuelana para lhe vender gás a preço subsidiado a fim de garantir sua adesão ao projeto, aproximadamente 1 dólar para cada milhão de BTU. No momento, o Brasil paga à Bolívia 3,23 dólares por milhão de BTU³⁴. Sauer, também afirma que o projeto tem a capacidade de criar cerca de 250 mil novos empregos no Brasil. Declara ainda que o gasoduto, por seu porte, possibilita a viabilização de muitos projetos estruturantes para o país.

³³ El Universal de 03-03-06

³⁴ www.envolverde.com.br/materia.php?cod=14150

Em La Paz, o deputado da ala governista, Gustavo Torrico, afirmou que o anúncio foi considerado “um balão de ensaio das multinacionais, quando nos dirigimos à nacionalização dos hidrocarbonos”. O opositor Oscar Ortiz entende que se trata de uma afronta, uma competição desleal da Venezuela em relação à Bolívia, e pediu ao governo de Evo Morales que se afaste de Caracas. O ministro venezuelano de energia, Rafael Ramirez, respondeu a essa afirmação dizendo que “um dólar não paga nem mesmo os custos de produção na costa da Venezuela, que é de 1,6 por milhão de BTU”. O preço será anunciado quando definirmos a rota, mas nunca será inferior a 5 dólares por unidade, afirmou³⁵. Com a afirmação do ministro venezuelano, a economia pretendida pela Petrobrás, ainda não se faz devida e é incerta.

Norman Gall, em artigo intitulado “Desordem venezuelana afeta o projeto³⁶”, reafirma o que é comentado pelos que se interessam pelo gasoduto e pela Venezuela, de que o impacto do declínio da indústria venezuelana do petróleo tem sido mascarado pelos altos preços do momento e por gestos políticos de Hugo Chávez. A PDVSA já teve seis diretores-presidentes nos sete anos desde que Chávez foi eleito, em 1998, depois do que a produção teve uma queda de 22%.

Gall, em seu artigo, afirma que “Chávez demitiu 18 mil funcionários da empresa, incluindo a maior parte da equipe técnica de geólogos, geofísicos e engenheiros de reservatórios e de refinarias. Centros de treinamento e pesquisa de PDVSA foram desmantelados. ‘Chávez achou que poderia usar a greve para destruir a oposição, disse um veterano observador’³⁷ .

Cita ainda o articulista, que: “Ele dá ordens que não são cumpridas. Pensa que funcionários corruptos são fiéis a ele. Há muita inquietação por causa da corrupção entre os militares de nível médio. Foi um erro demitir todos os geólogos e engenheiros da PDVSA. Dessa forma, a empresa perdeu grande parte de sua bagagem de conhecimentos e capital humano. Teria sido mais inteligente despedir os líderes da greve e manter os técnicos”³⁸ .

³⁵ www.envolverde.com.br/materia.php?cod=14150

³⁶ O Estado de São Paulo, 05 janeiro 2006

³⁷ O Estado de São Paulo, 05 janeiro 2006

³⁸ O Estado de São Paulo, 05 janeiro 2006

Além de demitir os técnicos, Hugo Chávez proibiu que outras empresas de petróleo, que operam na Venezuela, os contratassem, obrigando que deixassem o país em busca de trabalho, gerando uma diáspora de técnicos, fundamentais e necessários à produção de petróleo e de gás. As conseqüências são por demais graves e de difícil e longa solução.

Um economista sênior especializado em petróleo, tendo ocupado cargos importantes no Ministério do Petróleo e na OPEP, em Viena, afirma que “Sem novos investimentos, a produção de petróleo cairá cerca de 20% ao ano”. “Para manter a produção em seu atual nível, a Venezuela precisaria investir US\$ 2 bilhões de dólares por ano. Para aumentar a produção, precisa investir US\$ 4 bilhões de dólares por ano”³⁹. Entretanto, a PDVSA está gastando mais em programas sociais do que em suas próprias necessidades de investimento. Assim, a empresa fica aquém das metas de investimento.

A PDVSA parece ter-se politizado e perdeu sua capacidade administrativa e técnica, necessárias para suas atividades, em especial para o projeto do gasoduto. Diego González, engenheiro da PDVSA aposentado e atual dirigente do Instituto do Petróleo e Mineração – IPEMIN, assim se manifestou: “Os contratos são concedidos sem critério, sem licitação. Como a maioria dos engenheiros de reservatórios foi despedida depois da greve, faltam à PDVSA técnicos para fazer reparos nos poços. Se os poços não são reparados periodicamente, os problemas mecânicos se multiplicam. ... Hoje 21 mil poços da PDVSA estão fechados por falta de reparos, um número que está aumentando continuamente enquanto há 14 mil em produção”⁴⁰.

Em meio a tanta deficiência, a PDVSA patrocinando programas sociais de custo elevado, a falta de técnicos qualificados, de todos os níveis, o declínio e a desorganização da indústria petrolífera venezuelana, como explicar o projeto do gasoduto sul-americano? A diminuição do volume de produção de petróleo venezuelano deverá acarretar alta nos preços e incerteza no mercado. Nesse contexto, procura-se entender a razão que leva

³⁹ O Estado de São Paulo, 05 janeiro 2006

⁴⁰ Pois gasta cerca de US\$ 4 bilhões de dólares em projetos sociais

Hugo Chávez a insistir na construção do gasoduto. Sua confrontação com os Estados Unidos ou sua extemporânea ideologia de esquerda, parecem estar unidas e no centro do processo, que pode terminar em tragédia para toda a América do Sul. Urge pensar como ter o benefício do gás venezuelano sem nos oferecermos a participar de uma aventura.

Em todo o contexto político venezuelano do projeto gasoduto sul-americano, de integração sul-americana é fundamental que haja uma produtiva discussão sobre o pretenso papel da inteligência cubana na Venezuela. Muitas dúvidas, muitas perguntas e muitas respostas poderão surgir a partir de uma profunda e longa discussão

Gasoduto Sul-Americano e a Integração

Desde Bolívar se conhece a necessidade de integração sul-americana. Entretanto, os países sul-americanos têm vivido de costas uns para os outros. Nada tem sido feito. A constituição brasileira prega essa integração. Entretanto integração significa integrar os meios físicos de infra-estrutura básica. Transporte, energia, comunicações, adequação e compatibilidade de legislações, são essenciais.

Os investimentos em infra-estrutura têm retorno lento e a longo prazo. Não é o investimento favorável a empresas privadas. É, antes de tudo, uma atribuição do Estado. É o investimento que possibilita outros investimentos, e condições para o desenvolvimento. Uma malha de transportes possibilita o escoamento de produção, barateia o custo, aumenta a eficiência, e a produtividade, favorece a criação de novos mercados, possibilita a criação de novos pólos populacionais, e muito mais.

O Brasil e a América do Sul necessitam, para seu desenvolvimento e integração, de pesados investimentos em infra-estrutura. Uma rede de infra-estrutura que deve ligar regiões onde se situam as atuais bases físicas e econômicas, e que viabilizem a criação de novos pólos de desenvolvimento.

A Área de Livre Comércio da América do Sul, para ter sua consolidação viabilizada, depende, necessariamente, da integração de infra-estrutura sul-americana.

Brasil e Venezuela firmaram, em 2005, uma aliança estratégica como instrumento para a integração sul-americana. Por essa aliança estratégica os dois governos emitiram declaração conjunta para sua execução. Essa declaração define atividades conjuntas entre os dois países e, em especial, entre a PETROBRÁS, a PDVSA e estando envolvidos os Ministérios de Minas e Energia dentre outros. A aliança mostra-se ambiciosa por abranger quase todas as áreas do governo brasileiro. A proposta do gasoduto é mais contundente e atinge o núcleo das necessidades de energia de todos os países e os da América do Sul não são exceção. A integração física de infra-estrutura é algo difícil, lento, de custo elevado e que requer empresas de comprovada experiência e técnicos qualificados. Ao que se sabe apenas o Brasil possui tais credenciais. Parceria em termos de igualdade seria difícil, pois a Venezuela não dispõe de empresas de porte e qualidade técnica como as tem o Brasil.

A integração brasileira em função do gasoduto é algo que precisa ser muito bem analisado pois, ainda que necessário, é uma vulnerabilidade. Nada há que garanta o fornecimento do gás. Tratados e acordos internacionais são rompidos ao longo do tempo. Os exemplos existem. Cumprir um tratado ou fazer cumpri-lo exige expressivo poder nacional. Os próximos cinco ou dez anos, por exemplo, serão contemplados com a mesma política, o mesmo interesse e manutenção de fornecimento do gás tal como previsto atualmente? Não se pode garantir pois um país instável, uma região instável que passa por transformações profundas, que repete intenções e propostas já condenadas, repete erros antigos é apenas lugar de incerteza e insegurança quanto ao futuro.

O Gasoduto sul-americano é um importante recurso de infra-estrutura. É o mais importante projeto dos últimos 20 anos. O projeto do gasoduto prevê sua passagem por Araguatins no estado de Tocantins, Pecém no Ceará, Araguatins no Pará, Ribeirão Preto e Ibitinga em São Paulo, Santa Maria no Rio Grande do Sul, Durazno no Uruguai e Buenos Aires na Argentina. Existirão ramais para o Amapá, Maranhão, Goiás, Distrito Federal e Coari no Amazonas.

A primeira etapa do gasoduto sul-americano tem a previsão de ligar Puerto Ordaz, na Venezuela e a região de Carajás, no Pará.

A partir de Carajás o gasoduto alcançaria São Luiz, no Maranhão. A partir daí o gasoduto se integraria à rede de gás do nordeste. Seguirá para o sul chegando a Uberaba, em Minas Gerais. Nesse local o gasoduto se integraria à rede de gás do sudeste e ao gasoduto Bolívia-Brasil. A partir daí, seguiria para Montevidéu e, em seguida, para Buenos Aires.

O processo de integração regional seria beneficiado com o anel energético do Cone Sul. O gás de Camisea no Peru, acrescido do gás boliviano e do gás venezuelano, constituiriam uma rede de gasodutos que proporcionariam energia para promover o desenvolvimento, e a industrialização dos países sul-americanos. Os países que mais consomem, Brasil e Argentina e os que mais produzem gás, Venezuela, Bolívia e Peru localizam-se nos extremos da América do Sul. Isso obriga a existência de um sistema de transporte do gás de um extremo ao outro.

Machado e Pinheiro⁴¹ indicam três desafios a serem enfrentados: a insuficiência de Camisea, a questão regulatória e a instabilidade política regional. Esses desafios precisam ser superados para que o potencial sul-americano possa ser transformado em realidade e assim integrar-se e desenvolver-se. Cabe lembrar que o anel energético pode ser um instrumento para a construir a unidade da região. Países com dificuldades de relacionamento ou com problemas históricos, podem vir a aproximar-se em função da oferta de gás, tão necessária a todos.

Para Ildo Sauer, da Petrobrás, com o gás será possível “industrializar e agregar valor à produção de minério de ferro, bauxita, manganês, níquel e cobre, principalmente no Pará e Amapá, onde estão as maiores reservas da Companhia Vale do Rio Doce. O gás também permitirá estabilizar o fornecimento de energia para o Nordeste, que sofre escassez crônica de água – o que afeta a produção de energia hidrelétrica – e gás”⁴².

“A região de maior desenvolvimento e impacto no Brasil tem sido a fronteira agrícola do Centro-Oeste, notadamente em Goiás, Tocantins e no cerrado baiano”, diz Sauer. “E esse gasoduto rasga exatamente o coração brasileiro em expansão. Toda a agroindústria

⁴¹ www.defesanet.com.br/energia

⁴² www.defesanet.com.br/energia

está lá. E essa região, com acesso a energia combustível, vai poder agregar muito valor a sua produção agrícola, podendo exportar com valor agregado”.

“Depois de irrigar o norte e o nordeste, o gás vai chegar até a região de maior desenvolvimento do Brasil, o Sudeste, seguindo em direção ao centro-oeste gaúcho, paranaense e catarinense”, continua Sauer⁴³.

Energia é fundamental para o desenvolvimento e integração. Entretanto, não só os custos do gasoduto são elevados e comprometedores. É notório que a falta de investimentos em infraestrutura nacional acarretou enormes prejuízos. Urge aplicar elevados investimentos para recuperação do que foi danificado ou perdido. Como alocar vastos recursos ao gasoduto e não financiar a recuperação da infra-estrutura nacional? Como integrar a rede de gás com uma infra-estrutura deficiente e, em certas regiões, inexistente? Qual seria a fonte dos recursos para a recuperação da infra-estrutura, quando o governo afirma que não possui recursos para tanto? Não podemos esquecer do exemplo do projeto de transposição do rio São Francisco que tem sido objeto de muitos questionamentos.

Cabe lembrar que desenvolvimento, e integração dependente do uso de energia de outro país, acarreta, necessariamente, uma dependência direta, sem opções. Como é possível, optar por fonte de energia externa, de modo dependente, sem que haja qualquer opção alternativa? Entregar o desenvolvimento à decisão de outro governo é inaceitável, o exemplo da Europa e agora da Bolívia são determinantes. Isso pode vir a impedir o desenvolvimento autônomo e, no extremo, levar a uma grave crise com possibilidades de conflito. O gasoduto pode se constituir em fator de independência sul-americana ou em dependência brasileira da Venezuela.

Uma nação dependente em seu próprio território, naquilo que lhe é mais estratégico, não tem condições de manter a sua soberania. Tende sim, a ser colonizada ou controlada pela nação de que depende. Integrar sem depender é o caminho adequado ao Brasil no uso do gasoduto sul-americano.

⁴³ www.defesanet.com.br/energia